

ATA 2595ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Aos treze dias do mês de abril do ano de 2016, às nove horas e cinquenta minutos, teve início em sua Sede, na Praça da República, nº 53, a segunda milésima quingentésima nonagésima quinta Sessão Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Educação, sob a Presidência do Conselheiro Francisco José Carbonari. Compareceram os Conselheiros Ana Amélia Inoue, Débora Gonzalez Costa Blanco, Francisco Antonio Poli, Ghisleine Trigo Silveira, Guiomar Namó de Mello, Hubert Alquéres, Jacintho Del Vecchio Júnior, Jair Ribeiro da Silva Neto, João Cardoso Palma Filho, Laura Laganá, Luis Carlos de Menezes, Márcio Cardim, Maria Cristina Barbosa Storópoli, Maria Elisa Ehrhardt Carbonari, Maria Helena Guimarães de Castro, Maria Lúcia Franco Montoro Jens, Nilton José Hirota da Silva, Roque Théóphilo Júnior, Sylvia Figueiredo Gouvêa e Rose Neubauer. **01.** A Ata de nº **2594** de 06/04/2016, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. O **Cons. Hubert Alquéres** votou favoravelmente, mas disse que gostaria de fazer uma retificação em sua fala que ficou com a seguinte redação: “no último final de semana, o economista Barjas Negri deixou o cargo de Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). Solicitou que fossem registrados os cumprimentos ao homem público, de primeira grandeza, que atuou com competência e excelentes resultados para a educação paulista frente a FDE. Destacou também que foi ele quem formulou e desenvolveu o FUNDEF, durante o governo FHC e que foi um grande marco na Educação no Brasil. Comentou que o bônus na rede estadual de ensino, que procura valorizar os professores mais comprometidos com a educação paulista, surgiu no final dos anos 90, quando a Profª Rose Neubauer era Secretária da Educação. Na gestão da Secretária de Educação, Profª Maria Helena Guimarães de Castro, outros parâmetros foram agregados e o bônus foi modificado e hoje faz parte da cultura da rede de ensino de São Paulo. Com a atual possibilidade de trocar o bônus por um índice de correção salarial, 2%, foi realizada uma pesquisa junto aos funcionários da rede, e a maioria preferiu manter o bônus. Finalmente comentou que a Corregedoria Geral de São Paulo arquivou a investigação contra o ex-secretário da Educação Herman Voorwald e também o ex-chefe de gabinete da Secretaria da Educação Fernando Padula, por suspeita de envolvimento numa fraude em licitações da merenda em prefeituras e no governo paulista. O corregedor geral disse que não foram encontradas provas suficientes que sustentassem as denúncias. O fato reforça nossa certeza na integridade dos dois homens públicos . **02.** Justificaram a ausência as Conselheiras Bernardete Angelina Gatti, Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede e Priscilla Maria Bonini Ribeiro. **03. AVISOS E COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:** a) foi encaminhada, por e-mail, cópia da Proposta de Indicação e Projeto de Deliberação, da CEB, sobre “*Inclusão Escolar de alunos com necessidades especiais*”, que revoga a Deliberação CEE nº 68/07, para discussão e votação na Sessão Plenária do próximo dia 20 de abril. O **Cons. Roque Théóphilo Júnior** sugeriu que antes de vir ao Pleno, a matéria fosse enviada à Consulta Pública. O **Cons. Poli** disse não ter nada contra a Consulta Pública, mas acha difícil fazer um trabalho em que você tem que obrigatoriamente ficar dentro dos limites de uma lei que já existe. A **Consª Sylvia Figueiredo Gouvêa** e o **Cons. Jacintho Del Vecchio Júnior** concordaram com o Cons. Francisco Poli. A **Presidência** colocou a questão em votação e num total de vinte conselheiros presentes, pois a Consª Guiomar Namó de Mello havia se retirado do Pleno, 11 votos foram a favor do **não** encaminhamento e 9 a favor do encaminhamento à Consulta Pública; b) a respeito da solicitação do Senhor Secretário, José Renato Nalini, sobre os textos para publicação do livro sob o título “A Escola que queremos”, lembrou que os mesmos deverão ser encaminhados diretamente ao e-mail do Senhor Secretário, até o próximo dia 02/05/2016; c) a Abrelivros (Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares) comunica que almoço em comemoração aos 25 anos de atuação, que aconteceria no dia 15 de abril de 2016, foi cancelado e oportunamente será marcada uma nova data; d) a Direção da Faculdade de Medicina

da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, *Campus* de Botucatu, convida para a Sessão Solene da Congregação, em comemoração ao quinquagésimo terceiro aniversário das atividades acadêmicas da Unidade, ocasião em que será homenageada a nona turma do Curso de Medicina da FMB e que os Professores José Reinaldo Cerqueira Braz e Luiz Antonio Vane receberão o título de Professor Emérito; e) no dia 16 de abril, das 8h30min às 19h, no Auditório da UNIFESP (Rua Botucatu, 862, Vila Clementino), haverá um debate sobre as Políticas Educacionais e Os Movimentos de Resistência, realização da Rede Escola Pública e Universidade; f) o Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais informa que, a Senhora Rosane Marques Crespo Costa, assumiu a Presidência do citado Conselho, em janeiro deste ano. Na sequência, o **Senhor Presidente** passou a palavra ao **Cons. Francisco Antônio Poli** para fazer sua apresentação sobre “A polêmica dos salários”, que tem como escopo a rede pública estadual de São Paulo. Fazendo uso do *powerpoint* mostrou uma tabela com os vencimentos iniciais de quem trabalha 40 horas semanais. Apresentou também uma tabela comparativa entre o salário do médico, do sargento da polícia militar, do enfermeiro, do professor e do agente penitenciário. Falou sobre as várias teorias sobre salário e qual sua importância na vida do professor. Comentou que o Brasil aparece como um dos últimos em termos de salário pago aos professores: US\$ 14,8 mil por ano, calculado por uma média de 15 anos e usando o critério de paridade de poder de compra. Nos países que ostentam os melhores níveis educacionais, bons estudantes buscam a carreira porque ela goza de alto prestígio social e proporciona boa qualidade de vida. As conclusões sugerem que o Brasil deveria cuidar do salário dos professores para alcançar o objetivo da eficiência educacional. Manifestaram-se a Presidência os Conselheiros João Cardoso Palma Filho, Rose Neubauer, Jair Ribeiro da Silva Neto, Jacintho Del Vecchio Júnior, Sylvia Figueiredo Gouvêa, Maria Helena Guimarães de Castro, Laura Laganá, Maria Lúcia Franco Montoro Jens, Luís Carlos de Menezes, Nilton José Hirota da Silva, Guiomar Namo de Mello. A Presidência agradeceu o Cons. Francisco Poli pela exposição e disse que os problemas foram apontados, mas, o importante seria buscar soluções como, por exemplo, mexer no plano de carreira no sentido de aumentar o piso inicial. O **Cons. Francisco Poli** agradeceu a participação de todos os Conselheiros e disse que seu objetivo era abordar a polêmica dos salários e que em uma próxima oportunidade poderá vir para apresentar soluções para os problemas apontados. A gravação da Sessão, com a íntegra da explanação do Cons. Francisco Poli, encontra-se à disposição com a secretária do Pleno. **04. PALAVRA ABERTA AOS CONSELHEIROS:** o **Cons. Hubert Alquéres** questionou se, no âmbito do Fórum dos Conselhos Estaduais e do Conselho Estadual de Educação, há intenção de indicar algum nome para o Conselho Nacional de Educação. A Presidência comentou que, normalmente, quando o edital é aberto são relacionados os nomes das instituições que podem fazer suas indicações. O CEE não consta dessa relação, mas o Fórum Nacional dos Conselhos, sim. Se o Fórum quiser poderá consultar o CEE sobre possíveis indicações, mas isso ainda não aconteceu. A respeito do artigo do Senhor **Secretário** de Estado da Educação, publicado, na semana passada, no site da SEE, disse considerar que o Secretário foi muito corajoso em colocar algumas ideias polêmicas e controversas a respeito da educação. Disse que leu o artigo como uma provocação positiva para que essas ideias sejam debatidas. É bastante importante que a sociedade debata e discuta temas ligados à educação. O conselheiro Hubert estranhou o trecho do artigo onde parece que o secretário está dizendo que a Educação não é função do Estado – só a Justiça e a Segurança. Mas disse que, lendo com mais atenção, percebe-se que não é isso. O que o secretário defendeu é um estado menor; um estado ao qual não se atribua todas as responsabilidades. Tem um trecho onde ele menciona que hoje, desde o nascimento até a morte, espera-se que o Estado cuide de tudo e para todo mundo, numa sociedade em que cada vez as pessoas têm mais direitos e cada vez menos deveres.

1 Não estou entrando no mérito do que o secretário escreveu, mas acho que foi um
2 artigo interessante no sentido em que coloca algumas ideias para provocar um debate.
3 E penso *que os Conselheiros, que são pessoas especialistas nos mais diversos*
4 *segmentos da Educação, deveriam também manifestar suas ideias sobre os temas*
5 *colocados pelo Secretário.* O **Cons. Luis Carlos de Menezes** disse que é muito
6 complicado discutir, no Conselho, uma matéria produzida espontaneamente pelo Senhor
7 Secretário da Educação. Comentou que quando o Secretário esteve aqui no Plenário, logo
8 que assumiu o cargo, ele insistiu muitona ideia de que as pessoas estão muito conscientes
9 dos deveres do Estado e da família. Sobre a matéria, em questão, interpreta esse termo
10 “desagregar” que o Secretário enfatiza, como sendo um total abandono a quem mais
11 precisa do acolhimento da escola por razões sociais, culturais ou episódicas e que se
12 encontra desassistido pela própria família. Parte desse desagregar que ele aponta tem a
13 ver com a perversa condição brasileira de quem trabalha e que, pela lista dos Direitos
14 Humanos, está sendo sonegado pelo Estado. O Conselheiro disse não acreditar que a
15 intenção do Secretário tenha sido malévola , mas que na verdade ele chama para um
16 debate que precisa ser travado. O ponto mais importante para travar esse debate é que o
17 Estado não pode se desobrigar e pretender que a família assuma algumas das suas
18 responsabilidades, especialmente num momento em que a família está muito fragilizada. O
19 Estado precisa acolher e não dá para lavar as mãos com relação a isso. O **Cons. Nilton**
20 **José Hirota da Silva** parabenizou o Cons. Fancisco Poli pela apresentação e fez algumas
21 observações como, por exemplo, o fato de tirar recursos que deveriam ser gastos com a
22 Educação para se aplicar no transporte escolar, que é abusivo. A **Consª Maria Helena**
23 **Guimarães de Castro** comentou que esteve presente na Reunião do Conselho da
24 Fundação Padre Anchieta e o Senhor Secretário também estava lá e pediu a palavra ,
25 inclusive, para dizer que não imaginava que a matéria, publicada no *site* da Secretaria,
26 causaria tanta repercussão. Disse ter comentado com o Secretário que o artigo, de um lado
27 expressa a visão de Estado que ele tem, que é a de liberal conservador, mas que de outro
28 lado há uma questão que é constitucional e define que a Educação é direito de todos e
29 dever do Estado e da família, e que foi esse o ponto, na visão da Conselheira que ficou
30 muito embassado ao longo do artigo. Comentou que se o artigo tivesse sido publicado em
31 qualquer revista ou jornal não teria gerado tanta polêmica e que sugeriu ao Secretário
32 escrever um outro artigo tentando esclarecer alguns pontos. O **Cons. João Cardoso**
33 **Palma Filho** cumprimentou o Cons. Francisco Poli pela exposição sobre o Salário dos
34 Profissionais da Educação e que só queria deixar claro que, o que a sociedade brasileira
35 deseja, em matéria de Educação, é o que está na Constituição Federal que, aliás, também
36 está reafirmada no Plano Nacional de Educação, que também é uma lei federal, e que há
37 muitos desperdícios que poderiam ser evitados. Quanto ao artigo do Senhor Secretário,
38 disse que ficou muito claro para ele qual a concepção filosófica que o Secretário tem
39 quanto à Educação. Só estranhou o fato da publicação ter sido feita no Portal da Secretaria.
40 Trata-se de uma opinião conservadora e qualquer pessoa tem o direito de se manifestar. A
41 **Consª Ana Amélia Inoue** disse concordar com a Consª Maria Helena Guimarães de
42 Castro, quando ela diz que o Secretário deveria escrever um outro texto esclarecendo
43 algumas intenções que não ficaram claras e publicá-lo no site da Secretaria. A **Consª Maria**
44 **Lúcia Franco Montoro Jens** questionou se não valeria a pena o CEE publicar uma carta
45 manifestando que é a favor da Constituição. A **Consª Rose Neubauer** disse que o
46 Secretário coloca aquilo que o Estado não pode deixar, ele próprio, de administrar
47 diretamente que é a Justiça e a Segurança. Há outros direitos do cidadão que o Estado
48 pode delegar a administração. No caso da Educação, ele pode garantir que todas as
49 crianças sejam atendidas, mas, necessariamente, não precisa ser o gestor. A Conselheira
50 disse ainda que, na sua opinião, o Secretário não poderia escrever um outro texto diferente
51 do que escreveu, porque é o que realmente ele pensa, e que é preciso ler com cuidado o
52 texto, porque de repente podemos estar inferindo alguma ideia que não foi da intenção do
53 Secretário. A **Consª Laura Laganá** disse que leu o artigo imaginando o sentimento do

1 Secretário. Hoje, gerenciar uma rede como a da Secretaria de Estado da Educação é muito
2 complicado. Informou que participou de uma reunião Secretaria de Planejamento e que o
3 Estado de São Paulo perdeu 5 bilhões de arrecadação. Está todo mundo preocupado e
4 estudando o que pode ser feito para não se chegar ao que chegou o Estado do Rio de
5 Janeiro. Disse que o artigo deve ser lido com um pouco de generosidade e com o
6 sentimento de quem tem que gerenciar uma rede como da SEE. Há uma questão que deve
7 ser discutida - o que de fato é um direito possível. O transporte e a merenda, no ensino
8 médio, são de fato prioridade? Questionou à Presidência se o CEE não poderia dar um
9 apoio ao Secretário, nesse sentido. A **Presidência** disse que aceita sugestões sobre o que
10 fazer com relação ao artigo, mas que o Conselho não irá se manifestar, formalmente,
11 enquanto não for solicitado, o que não impede que cada Conselheiro faça aquilo que achar
12 conveniente. O **Cons. Márcio Cardim** cumprimentou e agradeceu a presença do
13 Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação, Francisco José Carbonari, da
14 Cons^a Rose Neubauer, do Cons. Jacintho Del Vecchio Júnior e do Cons. Nilton José
15 Hirota da Silva, no V Encontro Educacional da AIMES-SP, realizado de 30/03 a 1/04,
16 em Ubatuba, no *Campus* da Universidade de Taubaté (Unitau). A **Presidência**
17 comunicou que está acertando com a Cons^a Maria Helena Guimarães de Castro sobre
18 a possibilidade do SEADE vir ao Plenário falar sobre os Cenários Econômicos Sociais
19 do Estado de São Paulo, para que se possa ter uma visão de como esses cenários se
20 apresentam e também para que possa servir de subsídio às discussões que estão
21 sendo feitas no CEE sobre as questões orçamentárias. Informou, também, que
22 algumas mudanças físicas estão sendo feitas no Conselho com a finalidade de
23 armazenar os arquivos de processos, tendo em vista que houve corte no orçamento do
24 CEE e não há verba para abrigar esses arquivos em outro lugar. **05. MATÉRIA**
25 **DELEGADA: 5.1)** Indicação de Especialistas da CEB e da CES para os Procs. n.ºs
26 255/2015; 024/2016; 025/2016; 026/2016; 030/2016; 044/2016; 050/2016; 052/2016;
27 053/2016; 238/2015. **5.2)** Pareceres aprovados em 16-3-16 e 06-4-16 nos termos da
28 Deliberação CEE nº 30/03. **Proc. DER PDM 154/0067/2016** _ Lucas de Lima Andrade.
29 **Parecer 122/16** _ da Câmara de Educação Básica, relatado pelo Cons. Francisco
30 Antônio Poli. Deliberação: 2.1 Indefere-se o Recurso Especial, mantendo-se a retenção
31 do aluno, em 2015, na 2ª série do Colégio Objetivo de Pindamonhangaba, nos
32 componentes de Química e Física, a serem cursados em 2016, em regime de
33 Progressão Parcial. 2.2 Informe-se, aos responsáveis pelo aluno, que a LDB (Lei nº
34 9.394/96), no parágrafo 1º do artigo 23 prevê que qualquer escola “*poderá reclassificar*
35 *os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados*
36 *no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais*”. 2.3 Envie-se
37 cópia deste Parecer à responsável pelo aluno, ao Colégio Objetivo de
38 Pindamonhangaba, à DER Pindamonhangaba, à Coordenadoria de Gestão da
39 Educação Básica – CGEB e à Coordenadoria de Informação, Monitoramento e
40 Avaliação Educacional – CIMA. **Proc. DER/SAN 2377/1075/2016 (Apenso ao PROT.**
41 **DER/SAN Nº 1678/1075/16** – Volumes I, II, III e IV) _ Laura Carolina Raboni Razões.
42 **Parecer 123/16** _ da Câmara de Educação Básica, relatado pelo Cons. Francisco
43 Antônio Poli. Deliberação: 2.1 Indefere-se o Recurso Especial, mantendo-se a retenção
44 da aluna Laura Carolina Raboni Razões, na 3ª série do Ensino Médio, em 2015, no
45 Colégio Jean Piaget, jurisdicionado à DER Santos. 2.2 Envie-se cópia deste Parecer ao
46 responsável pela aluna, ao Colégio Jean Piaget, à DER Santos, à Coordenadoria de
47 Gestão da Educação Básica – CGEB e à Coordenadoria de Informação,
48 Monitoramento e Avaliação Educacional – CIMA. **Prot. DER Campinas Leste**
49 **359/1042/16** _ Pedro Henrique Chaib (aluno). **Parecer 124/16** _ da Câmara de
50 Educação Básica, relatado pelo Cons.º Francisco Antônio Poli. Deliberação: 2.1
51 Indefere-se o Recurso Especial, mantendo-se a retenção do aluno Pedro Henrique
52 Chaib, na 3ª série do Ensino Médio, em 2015, no Colégio Notre Dame de Campinas,
53 jurisdicionado à DER Campinas Leste. 2.2 Envie-se cópia deste Parecer ao

1 responsável pelo aluno, ao Colégio Notre Dame de Campinas, à DER Campinas Leste,
2 à Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB e à Coordenadoria de
3 Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional – CIMA. **OBS:** a **Consª Rose**
4 **Neubauer** solicitou que registrasse “a sua insatisfação, seu desprazer pela grande
5 quantidade de repetência, em especial de alunos no 3º Ano do Ensino Médio, como
6 ocorre a todo início de ano no Conselho. As escolas em que isso ocorre, a maioria
7 delas privada, deveriam, ao invés de reprovar, fazer um trabalho de recuperação
8 desses alunos, pois a repetência, no último ano do ensino médio, não agregará
9 absolutamente nada positivo e eles estariam melhor se encaminhados a uma
10 universidade ou a um curso profissionalizante”. **06) PAUTA:** não houve. Nada mais
11 havendo a tratar, às doze horas e quinze minutos, o Senhor Presidente declarou
12 encerrada a Sessão. Eu, Aurea Maia Egéa, lavrei, datei e assinei a presente Ata que,
13 após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 13 de abril de
14 2016

15 Francisco José Carbonari.....
16 Ana Amélia Inoue.....
17 Débora Gonzalez Costa Blanco.....
18 Francisco Antonio Poli.....
19 Ghisleine Trigo Silveira.....
20 Guiomar Namó de Mello.....
21 Hubert Alquéres.....
22 Jacintho Del Vecchio Júnior.....
23 Jair Ribeiro da Silva Neto.....
24 João Cardoso Palma Filho.....
25 Laura Laganá.....
26 Luis Carlos de Menezes.....
27 Marcio Cardim.....
28 Maria Cristina Barbosa Storópoli.....
29 Maria Elisa Ehrhardt Carbonari.....
30 Maria Helena Guimarães de Castro.....
31 Maria Lúcia Franco Montoro Jens.....
32 Nilton José Hirota da Silva.....
33 Roque Théophilo Júnior.....
34 Sylvia Figueiredo Gouvêa.....
35 Rose Neubauer.....